

As visões das elites sul-americanas e mexicanas a respeito da democracia e da desigualdade social e econômica

Denilde Holzacker

Flávia C.R. Rossi

Este artigo apresenta as percepções das elites na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, México e Venezuela a respeito da desigualdade social e a estabilidade democrática na região. O atual contexto regional mostra governos que definiram o combate à pobreza e a desigualdade como o principal objetivo de seus Governos. Desta forma, desde 2000 a região tem apresentado importantes resultados em termos de crescimento econômico e combate à pobreza. Por outro lado, em termos políticos os países tem apresentado debilidades institucionais, como a capacidade das instituições de mediar as demandas sociais e a representação dos novos movimentos políticos. Assim, este estudo pretende analisar o apoio das elites a respeito das políticas públicas implementadas pelos Governos e as visões sobre os processos democráticos. O estudo utilizará os resultados do *survey* conduzido pelo Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP.

Palavras-chave: América Latina, democracia, desigualdade política e social, pobreza, elites.

This paper analyzes the perception of elites about social inequality and its relations to democratic stability in Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Mexico and Venezuela. The current context shows that the governments had defined combating poverty and inequality the first goal of the country. As a result, since 2000 the region has showed important improvement in terms of economic growth and combating poverty. On the other hand, the political moment exposed the institutional weaknesses, such as the inability to mediate social demands and to represent new political movements. Thus, the study intends to analyze the elite's support of public policies implemented by governments and their perceptions about the democratic process. This study uses a survey research conducted by the Center of International Relations (NUPRI) at University of São Paulo.

Key Words: Latin American, democracy, social and political inequality, poverty, elites.

Compreender o quadro das transformações políticas, sociais e econômicas que tem ocorrido na América Latina é o objetivo central do estudo “As visões das elites latino-americanas sobre a democracia e desigualdade”, realizado pelo Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo - Nupri/USP. Durante os meses de julho e

Denilde Holzacker é doutora em Ciência Política pela USP e professora de Relações Internacionais nas Faculdades Integradas Rio Branco e ESPM-SP. Foi professora visitante no Bentley College (2007-2008).

Flávia C. R. Rossi é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) e pesquisadora do NUPRI/USP.

outubro de 2008 foram entrevistados 829 membros das elites governamentais, partidárias, empresarias, sindicais, intelectuais e ligadas aos movimentos sociais na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Venezuela e México.

A consolidação democrática e a implementação de políticas de combate à desigualdade econômica e social são pontos importantes na agenda política destes países, que tem mobilizado diferentes visões entre os setores das elites políticas, econômicas e culturais. Assim, conhecer as opiniões e atitudes dos diferentes grupos da sociedade é um passo crucial para avaliar os consensos que permitem a mobilização da vontade política para o enfrentamento desses problemas.

Esta pesquisa só foi possível graças ao apoio financeiro da FINEP, da FAPESP e da Universidade de Miami.

Neste sentido, a pesquisa buscou averiguar a visão dos setores das elites sobre o funcionamento das instituições políticas e o papel do governo, os fatores que criam obstáculos à consolidação da democracia, a avaliação sobre as políticas voltadas para a superação das desigualdades e pobreza, como também a avaliação da integração regional e das relações externas na promoção do desenvolvimento entre os países. Nas páginas seguintes apresentamos uma análise agregada das principais tendências detectadas pela pesquisa, embora a pesquisa resulte num imenso mar de dados armazenados no banco de dados do Nupri/USP.

A democracia e os limites institucionais

A grande maioria dos entrevistados considera a democracia o melhor sistema de governo, opondo-se a atitudes autoritárias, como fechamento do Congresso, intervenção no judiciário ou censura aos veículos de comunicação (tabela 1). As elites são mais sensíveis ainda a ações autoritárias que atentem contra as outras dois principais instituições do poder público, o legislativo e o judiciário, provavelmente por entendem que o contrapeso de poderes públicos continua a ser pilar básico dos fundamentos da democracia. Embora não sejam indiferentes sobre posições autoritárias dos governos frente a instituições da sociedade civil, como sindicatos e meios de comunicação, a intensidade da oposição diminui quando considerados esses setores.

E igual maneira, se bem os resultados indicam percepções em que a democracia como um valor, é internalizado, por outro lado, as elites reconhecem que existem fortes fragilidades na organização social e política que afetam diretamente seu funcionamento e performance.

Nesse sentido, os baixos índices educacionais e o alto grau de pobreza e desigualdade social são reconhecidos como os fatores que mais negativamente afetam os processos democráticos na América Latina. As elites mexicanas são as que mais apontam estes fatores como principais obstáculos (57% e 51,7%, respectivamente), seguidos pelas elites brasileiras (48,4% e 41,7%, respectivamente). O fato

de estes dois países terem os maiores índices populacionais na América Latina, o que, de alguma maneira leva a, que por sua vez, tenham os maiores contingentes latino-americanos de pobres e indigentes, pode estar influenciando aquela percepção. Mas também is gera uma consequência política: os altos índices de pobreza tornam os eleitores vulneráveis aos discursos populistas.

As elites argentinas são os que menos apontam os baixos níveis educacionais, no entanto, um grande proporção delas indica a alta pobreza e desigualdade como fatores que influenciam negativamente a democracia (43,2%). A sociedade argentina tem observado o aumento do contingente de famílias atingidas pelos problemas econômicos, especialmente, a partir de 2001, quando do fracasso do governo da Rua. A percepção relativamente méis baixa que o Brasil e o México mostram, no entanto, a melhora que aqueles índices sociais tiveram durante o governo de Nestor Kirchner.

A associação entre a consolidação democrática e o alto grau de desigualdade e pobreza apresenta um menor impacto na visão das elites boliviana e venezuelana: para 34% dos bolivianos e 31% dos venezuelanos as questões de desigualdade e pobreza afetam negativamente os processos democráticos nos seus países. Este dado é bastante interessante considerando que a Bolívia tem uma das situações sociais mais precárias na região. Calcula-se que na Bolívia 60% da população sobreviva abaixo da linha da pobreza. Na verdade, em ambos os casos, a Bolívia e a Venezuela, os elementos de ordem política tendem a ter um peso mais importante, o que é revelador de sociedades em que a luta política presente é bastante intensa, embora no caso da Bolívia as elites manifestem grande preocupação com os impactos das carências educacionais sobre a democracia.

O segundo grupo de fatores que afetam a consolidação democrática, na visão das elites, está diretamente ligados à agenda política, como a corrupção (38%), o clientelismo político (31%) e a incompetência dos governantes (32%). No entanto, ausência de tradição partidária não é vista como fator de alto impacto nos processos democráticos na região, o que revela o desgaste que os partidos tradicionais tem tido na América Latina, sobretudo nos países da região andina onde verdadeiras maquinárias políticas como os partidos Acción Democrática, na Venezuela, Movimiento Nacional Revolucionário, na Bolívia, e o Partido Liberal, na Colômbia, foram dizimado por novas lideranças emergentes nos anos de 2000.

Consistente com o passado histórico de algumas décadas da segunda metade do século XX o temor de recaída militar como ameaça à democracia (através de uma intervenção militar) é mais forte justamente em países que tiveram ditaduras militares consolidadas (sobretudo nos Argentina e no Chile. O México também apresenta índices razoavelmente altos, um quarto dos entrevistados levantam aquela possibilidade. Provavelmente a “ditadura” do Partido Revolucionário Institucionalizado (PRI) ajude a

Tabela 1
Percepção sobre atitudes autoritárias
Posição contrária a atitudes do governo (em %)

Intervir no Judiciário	86,8
Intervir em sindicatos	77,9
Proibir a existência de um partido	85,0
Censurar meios de comunicação	74,0
Fechar o Congresso	97,0

Fonte: NUPRI/USP (2009).

explicar esse temor das elites mexicanas, dado que atualmente se aponta que o México é um país que passa por um período de consolidação democrática.

Um aspecto importante que merece ser destacado é que as elites parecem estar conscientes que seu “egoísmo” como grupo tem sido um fator negativo na consolidação democrática. Dito de outra forma, as elites parecem fazer um mea culpa. No entanto, o caso boliviano é, novamente, digno de destaque, porque o fato de aparecer com o mais baixo índice no item “egoísmo” poderia ser revelador da conjuntura atual em que as elites do Leste do país (Sana Cruz, Beni e Pando) são identificadas por setores do resto do país como atores capazes de desestabilizar a consolidação democrática no país, devido a suas fortes reivindicações de autonomia fiscal e econômica frente ao governo central.

Digno de menção é o fato de que as elites mexicanas destoam do resto dos países que integram esta pesquisa porque avalia acima da média dos outros o conjunto de itens percebidos como desestabilizadores à democracia. Com a única exceção de “ameaça de intervenção armada”, as elites mexicanas sempre aparecem como menos satisfeitas (nas dimensões políticas e sociais), e mais crítica, com a forma como todos os fatores elencados no quadro abaixo afetam sua democracia. Novamente o fator PRI é importante no conjunto das percepções das elites mexicanas: o processo de redemocratização no México é mais recente que aquele de outros países que no passado tiveram ditaduras. Enquanto isso no grupo de países sul-americanos o processo de transição democrática, dos 80s já se apresentavam com velhos déficits sociais e políticos com os quais se costumaram a coexistir. Já no caso do México

os fatores que influenciam negativamente a democracia são de memória recente.

O debate sobre os efeitos do modelo democrático minimalista formal/representativo na resolução dos problemas sociais e econômico em contraposição do modelo participativo - por meios de plebiscito e consultas populares - é crescente no contexto político de vários países, especialmente após a ascensão de governos de esquerda nacionalistas que acreditam que o maior envolvimento popular é uma forma de se contrapor ao modelo tradicional e elitista de decisão governamental. O pressuposto desses governos é que a maior envolvimento da população tem um efeito positivo na solução dos problemas sociais.

Em geral, as elites têm uma visão positiva sobre o modelo democrático participativo, mas a visão não é homogênea nos diversos setores: 47,4% dos empresários discordam que este é o melhor modelo democrático, já 85,4%, 72,3% e 68,0%, respectivamente, dos sindicalistas, líderes partidários e membros de ONGs avaliam que o maior envolvimento da população nas decisões do Estado traria maior benefícios para o país.

Os empresários e sindicalistas também divergem quanto a avaliação da democracia formal para a resolução da situação social: enquanto 49,4% dos sindicalistas e 58,5% dos membros da sociedade civil concordam que democracia formal é suficiente para resolver os problemas sociais, já entre os empresários este percentual sobe para 73,6% dos entrevistados.

Assim, e até previsivelmente, os setores empresariais tendem a apoiar o modelo representativo e formal de democracia, no qual a realização de eleições periódicas e

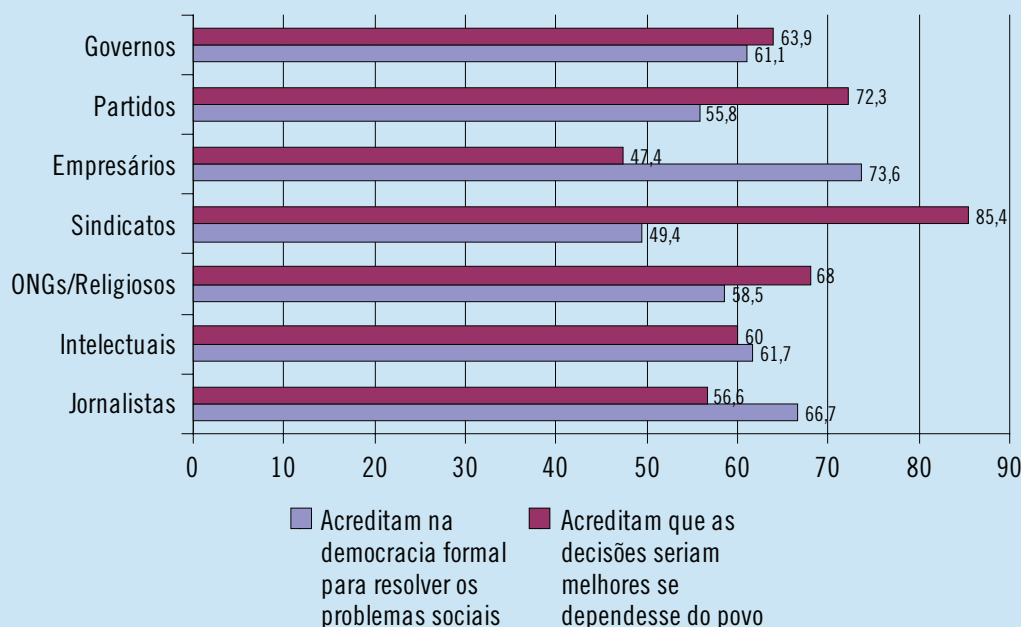
Tabela 2
Fatores negativos à consolidação da democracia
Por países (em %)

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Venezuela	México	Total
Baixo nível educacional da população	25,6	42,4	48,4	39,4	28,6	57,2	41,2
Alto grau de pobreza e desigualdade	43,2	34,8	41,7	48,8	31,8	51,7	43,0
Ausência de tradição democrática	4,6	3,3	9,1	3,1	8,3	14,8	7,4
Grupos sociais agindo em causa própria	12,2	21,7	25,0	13,0	11,7	21,0	17,8
Incompetência dos governantes	28,4	28,9	27,0	37,9	32,7	39,6	32,5
Falta de organização política da população	17,2	7,7	22,9	12,7	25,5	30,3	19,9
Egoísmo das elites	28,7	17,8	29,2	21,8	29,1	37,4	27,8
Clientelismo	24,0	21,3	35,1	33,8	27,8	39,6	31,4
Falta de crescimento econômico	9,8	21,2	11,8	21,8	18,0	40,7	20,4
Corrupção no meio político	21,8	27,2	44,3	44,2	42,0	44,1	38,5
Ameaça de intervenção militar	38,2	14,1	25,8	30,1	18,2	25,0	26,2

Obs: os entrevistados avaliaram cada fator numa escala de 0 a 10, sendo 0 pouca importância negativa e 10 muita importância. A tabela mostra a porcentagem de respondentes que indicaram o valor 10 para cada fator. Por isso, a soma de porcentagem de cada país não totaliza 100%.

Gráfico 1

Democracia participativa vs. democracia formal



a alternância no poder são elementos essenciais. Enquanto os setores políticos e sindicais apresentam uma percepção mais positiva sobre a participação popular. É importante notar que o maior número de plebiscitos e consultas diretas à população tem como críticas o aumento da fragilidade das instituições políticas e o aumento do personalismo político, características historicamente presentes na política latino-americana. Os resultados sugerem, porém, que as elites latino-americanas desconsideram a dicotomia e a exclusão entre os dois modelos. A maior participação popular também pode ser percebida, neste caso, a partir dos efeitos benéficos gerado no sistema político, ou seja, a maior pressão e monitoramento das ações da classe política e, conseqüentemente, consolidando os processos democráticos formais.

É preciso ressaltar que as elites sul-americanas, mais a mexicanas, consideram que assegurar a aplicação da lei é a principal atividade da democracia (31%), seguidos da garantias da liberdade de opinião e manifestação política (21,3%). Garantir eleições e participação popular são apontados, respectivamente, por 20,5% e 20,4% dos entrevistados. Nessa percepção não está claro se isso significa uma crítica ao déficit na aplicação da lei nos países da região ou simplesmente uma ordenação de prioridades ou de preferências das condições institucionais idéias de funcionamento da democracia.

As elites bolivianas são os que em maior número consi-

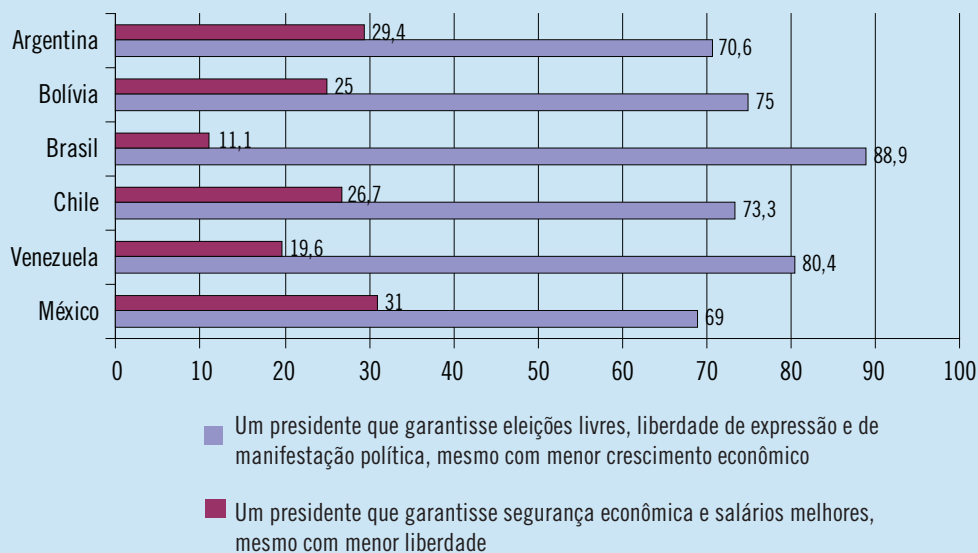
deram a aplicação da lei elemento essencial na democracia, o que pode ser lido dentro do quadro atual de polarização política em que a retórica sobre a lei é reivindicada por ambos os setores de governo e oposição como um discurso recorrente. Por outro lado, os venezuelanos atribuem à participação popular uma ligeira vantagem comparativamente a aplicação da lei: 33,7% apontam a participação popular como fator essencial da democracia, enquanto 30,7% apontam a aplicação da lei. Tanto Bolívia, quanto Venezuela tem quadros institucionais conturbados, no qual o marco jurídico do país tem sofrido diversas alterações.

A atitude favorável à participação popular alinha uma parte das elites venezuelanas ao discurso do presidente Chavez, que acredita que o modelo participativo traz mais benefícios ao conjunto da população. Isso não é surpreendente devido a que a pesquisa considerou também uma boa representação da elite governamental e partidária na amostra. O quadro boliviano apresenta uma maior complexidade, pois os plebiscitos convocados na gestão Morales têm provocado profundas divisões entre as regiões do Leste e do Planalto, e entre grupos sociais. Assim, não é surpreendente que as elites bolivianas apresentem maior desconfiança e temores diante da possibilidade de consolidação dos poderes do executivo.

É importante ressaltar que apenas 12,9% das elites venezuelanas apontam a garantia de eleições livres essencial para a democracia. Este dado é surpreendente, conside-

Gráfico 2

Garantia de liberdades vs. garantia de segurança econômica



rando o alto grau de conflito nos períodos eleitorais e os questionamentos sobre a lisura dos pleitos no país, o que pode estar refletindo um desencanto forte com as eleições e inúmeros processos prebiscitários promovidos pelo presidente Chavez.

No caso brasileiro existe uma forte percepção de que a democracia está associada a garantia de liberdades de opinião e manifestação política (31,5% dos brasileiros). Atuação da imprensa nas investigações sobre os casos de corrupção que atingiram aliados do Governo Lula expuseram, em diversos momentos, a importância e o limite da liberdade de expressão e as formas de controle das atividades políticas exercido pela sociedade. Neste sentido, é interessante notar a relevância dada pela elite brasileira a essa problemática.

O enraizamento dos princípios democráticos (eleições livres, liberdade de expressão e manifestação política) é incontestável nas elites latino-americanas. Colocada a opção, de um lado, um presidente que garanta a segurança econômica e, de outro lado, um presidente que garanta as liberdades políticas e civis, a maioria das elites (78%) tende a escolher a segunda opção. Os dados mostram que as elites latino-americanas seguem um padrão diferente dos demais setores da sociedade, prevalecendo à escolha pelas liberdades políticas. Em geral, atribui-se às populações de baixa renda, e beneficiárias das políticas sociais dos governos, uma maior valorização dos fatores econômicos, e seu decorrente, em detrimento aos princípios e direitos democrático-liberais.

As elites brasileiras são os que menos optam pela ga-

Tabela 3

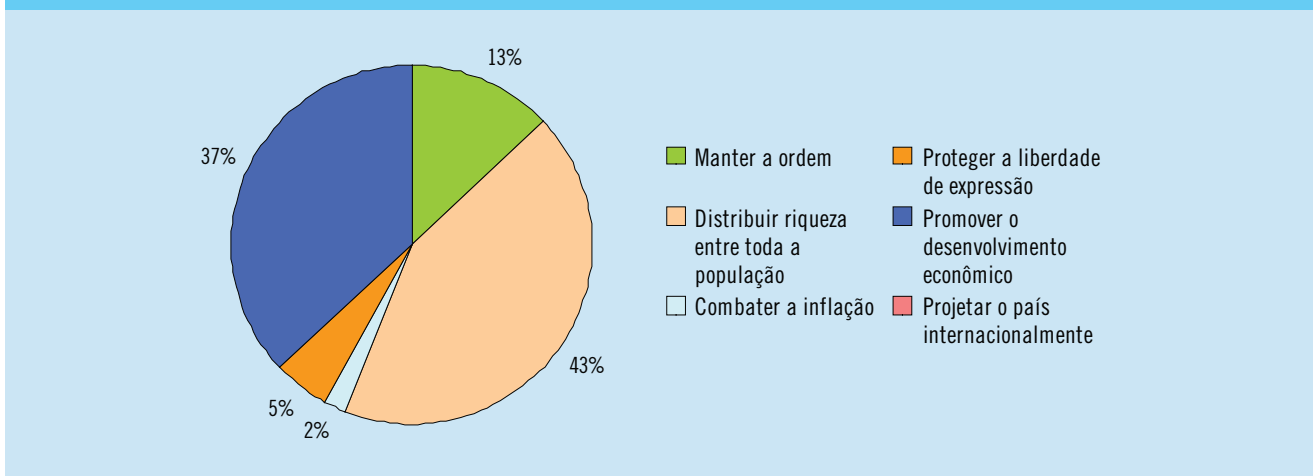
Atividade mais importante para a democracia

Por países (em %)

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Venezuela	México	Total
Aplicação da lei	31,7	44,7	25,8	27,2	30,7	33,3	31,0
Eleições livres	16,3	23,5	20,2	28,5	12,9	19,8	20,5
Participação da população	29,3	7,1	15,7	11,3	33,7	27,8	20,4
Garantia ao direito da oposição	1,6	3,5	6,2	8,6	5,0	4,8	5,2
Liberdade de opinião e de manifestação	17,9	15,3	31,5	24,5	17,8	13,5	21,3
Proteção às minorias	3,3	5,9	0,6	0,0	0,0	0,8	1,4

Gráfico 3

Prioridades do governo



rantia de segurança econômica (11,1%) em comparação às liberdades políticas e civis. Mas importa destacar que no resto dos países pesquisados um setor significativo das elites aceitaria a um presidente que garantisse crescimento econômico, mesmo que isso signifique menores graus de liberdade (19,6% no caso da Venezuela, 24,9% dos argentinos; 25% das bolivianas, 26,7% das chilenas, 31% dos mexicanos. Isso poderia estar significando ou uma atitude crítica às falhas do projeto de desenvolvimento econômico nacional na condução feita pelo executivo nas últimas décadas, ou até mesmo uma posição muito objetivista em que o bem-estar material é concebido como um valor que aceita capaz de aceitar alguns sacrifícios de liberdades civis e políticas. Já o caso brasileiro é mais equilibrado: as garantias econômicas não podem se pensar, nem perceber, como decoladas das garantias civis e políticas, e, provavelmente estas são percebidas como condições que afirmam as garantias econômicas.

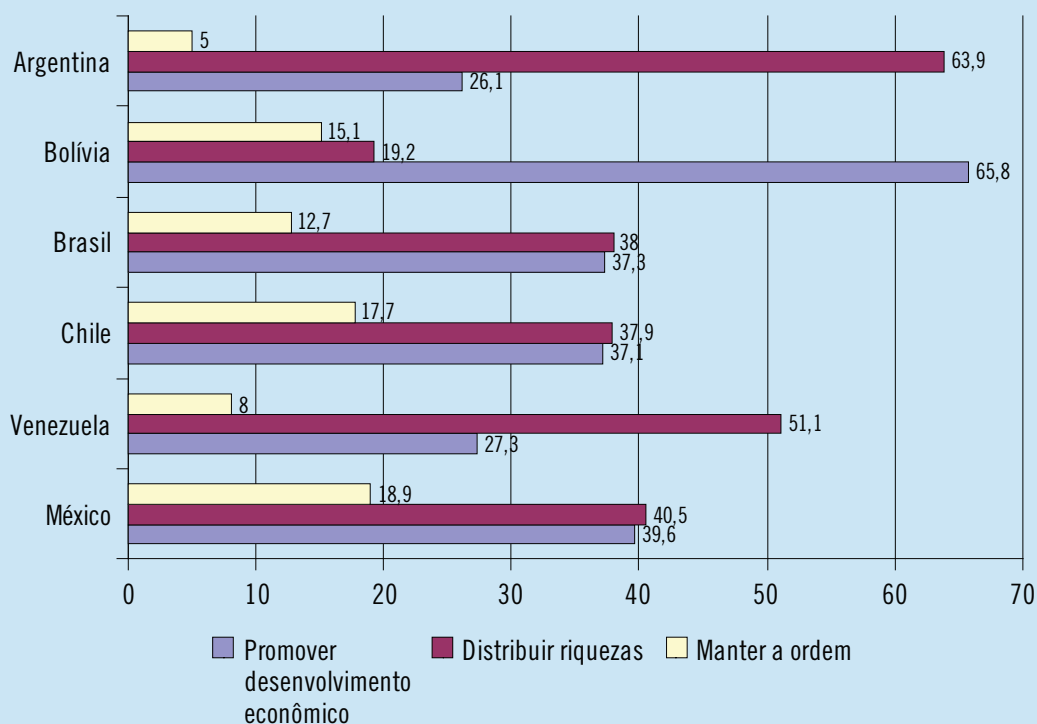
Outro dado reforça essa percepção. Uma parcela das elites dos países sul-americanos e mexicanas aceitaria restrições em suas liberdades civis e políticas, se significasse maior crescimento e desenvolvimento dos indivíduos quando se inquire, de maneira agregada, sobre quais deveriam ser as prioridades do Governo. 43% e 37% membros das elites apontam a distribuição de riquezas e o crescimento econômico, respectivamente, como as atividades mais importantes do Governo. Manter a ordem e proteger as liberdades são apontadas como atividades importantes por 13% e 5%, respectivamente. Em outras palavras, parece existir uma concessão mais forte à idéia de que assumir os valores democráticos não significa necessariamente defender igual prioridade de execução para todos os princípios.

É verdade que as elites, em termos de valores, consideram a defesa da democracia e as liberdades civis acima dos

ganhos econômicos, no entanto, esperam que os Governos priorizem a agenda econômica dando menor ênfase ao funcionamento das instituições. De forma geral, a definição das prioridades governamentais envolve a análise sobre os problemas centrais do país, o que explicaria a falta de prioridade apontada para a agenda internacional. Nesse sentido, a agenda de segurança, desigualdade e desenvolvimento econômico são centrais e canalizam as disputas domésticas. As prioridades diferem em alguns países, por exemplo, as elites bolivianas apontam o desenvolvimento econômico como central para o Governo (65%); já as elites argentinas e venezuelanas apontam a agenda de combate à desigualdade (63,9% e 51,1%, respectivamente). Brasil, México e Chile mostram uma distribuição semelhante entre desenvolvimento e combate a desigualdade, além disso, é preciso ressaltar que a agenda de segurança tem maior peso para as elites chilenas (17,7%) e mexicanas (18,9%). No caso do Chile uma parte de sua elite parece estar ciente de que a consolidação democrática não tem conseguido resolver os problemas de insegurança do país, que permanece em aberto, e no caso de México, é necessário ressaltar que embora a prioridade dada pelo governo Calderon ao problema, e o intenso programa de combate ao narcotráfico que está sendo desenvolvido pelo atual governo mexicano, o dado para México revela uma relativa concordância, ou não tão significativa, entre elite e governo. Curioso também é notar que apesar dos altos índices de violência no Brasil, a elite brasileira atribuiu menor peso a esta questão, no que parece haver uma dissonância entre elites e o que pensa o resto do país, que em pesquisas de opinião tem reivindicado serem os problemas de segurança uma das principais prioridades do país (junto com os problemas relacionados à saúde pública).

De outro lado merecem destaque três tendências im-

Gráfico 4 Prioridades do governo por país



portantes: primeiro, a alta prioridade que as elites atribuem à distribuição da riqueza entre a população. Nesse aspecto a elite interiorizou que a completa modernização do país, e seu pleno desenvolvimento, a estabilidade institucional e até seu funcionamento como uma economia de mercado plenamente consolidada dependem de fechar essa imensa brecha social que tem caracterizado os países latino-americanos ao longo de sua história nacional. O segundo aspecto importante, é que, em média geral, as elites

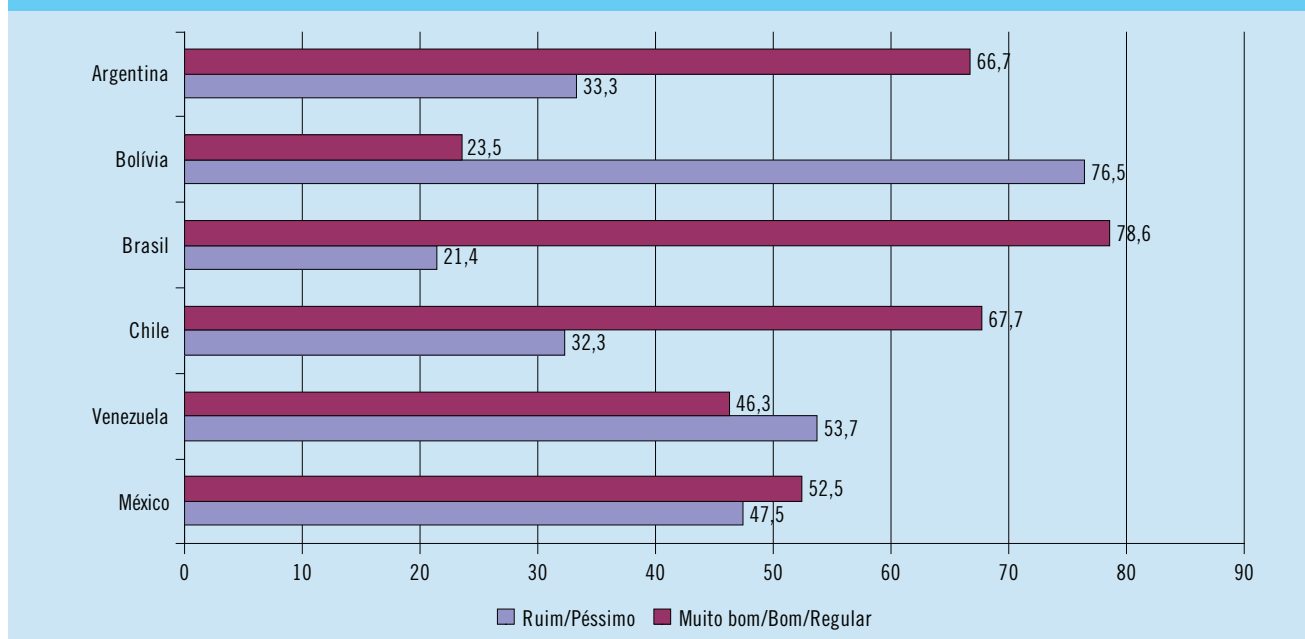
consideram o problema da inflação um problema quase liquidado (ao contrário do que aconteceu por mais de 20 anos entre a década de 80 e inícios da primeira década dos 2000). E terceiro, a elite parece ainda não perceber a importância de uma política governamental voltada para o mundo posto os desafios colocados pela globalização e a necessidade de pensar políticas públicas voltadas para a inserção internacional.

De maneira geral, no que se referem aos valores demo-

Tabela 4 Avaliação sobre a atuação do governo Por países (em %)

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Venezuela	México	Total
Este governo está resolvendo os problemas econômicos e sociais	25,6	3,8	42,2	14,6	24,3	9,0	21,4
Este governo tem capacidade para resolver, mas precisa de tempo	41,9	21,5	16,9	27,8	21,4	42,1	28,8
Este governo não tem capacidade para resolver os problemas	30,8	74,7	39,6	56,9	53,4	45,9	48,5
Nenhum governo pode resolver os problemas	1,7	0,0	1,3	0,7	1,0	3,0	1,4

Gráfico 5 Avaliação do governo



cráticos as elites sul-americanas:

- Têm alto apreço a democracia e repelem o autoritarismo;
- As elites Venezuelanas mostram uma visão mais favorável à democracia participativa em comparação as elites dos demais países. Porém, em geral. Os políticos e sindicalistas tendem a acreditar mais que os demais setores que a maior participação popular tem impactos positivos para a solução dos problemas sociais, enquanto, os empresários tendem a apoiar a democracia formal representativa;
- A maioria não escolheria a segurança econômica em detrimento de menor liberdade política e civil. A aplicação da lei é a principal função da democracia para a maioria dos entrevistados, sendo que a elite brasileira atribui à garantia da liberdade de expressão e opinião a principal função da democracia;
- Os baixos índices educacionais e altos padrão de pobreza e desigualdade impactam negativamente na democracia. Isso significaria que as elites já não consideram mais os aspectos políticos como as principais fragilidades da democracia, mas elas são apontadas nas fragilidades sociais;
- As elites divergem quanto a atribuição de prioridade do Governo: os venezuelanos e argentinos apontam a distribuição de riquezas; os bolivianos a promoção do desenvolvimento; já brasileiros, mexicanos e chilenos

dividem-se entre distribuição de riquezas e a promoção do desenvolvimento, indicando a falta de coesão entre as elites destes países nesta questão.

A avaliação do Governo

A ascensão de grupos ligados aos setores de esquerda nos países latino-americanos trouxe para o debate regional a necessidade de se adotarem políticas que corrigissem a imensa desigualdade social e econômica nos países da região. Este resultado sugere que as elites, independente do setor social, convergem com os discursos governamentais. Nas próximas seções, portanto, iremos analisar a avaliação geral da atuação do Governo e o grau de suporte as políticas de combate a pobreza e desenvolvimento e compreender em que medida as elites convergem ou divergem das posições dos governos nacionais.

Em geral, as avaliações dos respectivos Governos revelam diferenças na maneira como são avaliados os governos atuais. Mas, de maneira geral nota-se uma polarização entre os grupos de elites que consideram que os Governos estão tendo um bom desempenho (50,9%) e aquela outra proporção que acha o contrário. Nesse aspecto pode-se dizer que não há muitas surpresas. Conseqüente com muitos surveys de opinião o governo Lula teve a maior aprovação, sendo que 78,6% dos setores da elite brasileira avaliam o governo como “muito bom/bom”, já o Governo Evo Morales obteve a avaliação mais negativa: para 76,5% da elite boliviana o governo tem desempenho “ruim/péssimo”. As elites venezuelanas e mexicanas indicaram uma atitude

mais polarizada: entre os mexicanos 52,5% consideram o Governo “muito bom/bom” e 47,5% avaliam como ruim/péssimo. Já entre os venezuelanos 46,3% avaliam como “muito bom/bom” e 53,7% como “ruim/péssimo”. As três situações são de fácil explicação: no caso brasileiro, após a crise política de 2005 o governo vive um momento de aceitação entre elites e população em geral que se mantém até hoje. Bom desempenho econômico, satisfação com as políticas sociais desenvolvidas (especialmente nos campos de distribuição de renda, educação e moradia) explicam a avaliação tão positiva do governo Lula. No caso da Bolívia, uma boa proporção das elites localiza-se na região Leste do país, bastião da oposição boliviana. Mas mesmo setores da elite do Altiplano boliviano (do departamento da Paz) são adversários políticos do presidente Evo Morales. E no caso, do México, mas principalmente da Venezuela, a extrema polarização das sociedades e dos setores políticos entorno dos presidentes Calderon e Chavez explicam também a polarização das elites em ambos os países. O caso da Argentina há que ser analisado por separado: a pesquisa perguntou a avaliação ao governo de Nestor Kirchner, e não de Cristina Kirchner, portanto, não recolhe o momento em que uma boa parte da elite (encabeçada pelo setor agropecuário) teve, em 2008, um momento de amplo conflito político e institucional. Assim, o 66,7% de aprovação que é atribuído a Argentina poderia não coincidir, muito provavelmente, com a atual situação política da Argentina, em que sua presidenta vive um momento de alto desgaste político.

A avaliação sobre a atuação específica na promoção do desenvolvimento e nas políticas de superação da pobreza indica um maior pessimismo entre as elites: 48,6% consideram que o governo não tem capacidade para resolver os problemas sociais e econômicos do país e 28% acham que o governo precisa de tempo para resolver os problemas. Já 21% acreditam que o governo está agindo corretamente na resolução dos problemas do país.

Consistentemente, com sua avaliação geral positiva as elites brasileiras tendem a apresentar uma avaliação positiva do governo Lula no campo econômico e social: para

42,2% dos brasileiros o governo está agindo corretamente na solução dos problemas econômicos e sociais. Já os chilenos, venezuelanos e bolivianos tendem a apresentar uma visão mais crítica: 74,7% dos bolivianos, 56,9% dos chilenos e 53,4% dos venezuelanos consideraram que seus governos não têm capacidade para resolver os problemas do país. Nos últimos dois casos, no entanto, e principalmente nos casos da Bolívia e a Venezuela, os respectivos governos tem sido caracterizada pelo desenvolvimento de uma serie de políticas sociais, as mais famosas das quais são as chamadas “Misiones” na Venezuela. Daí que esse posicionamento de uma boa parte das elites pode ser entendido como uma critica sobre a densidade e eficácia dessas políticas publicas, e certamente, elas também estariam refletindo um juízo político, dado as polarizadas condições políticas que se vivem em países como Bolívia e a Venezuela. As elites argentinas e mexicanas, por outro lado, tendem a apresentar uma posição de cautela: para 41,9% dos argentinos e 42,1% dos mexicanos os governos estão no caminho certo, mas é preciso um tempo maior para avaliar sua atuação, no caso argentino, até porque a pesquisa reflete o período inicial da Cristina Kirchner em que os conflitos sociais com os ruralistas, e institucionais, no congresso, ainda não haviam emergido.

A avaliação geral tende a influenciar a avaliação específica nas áreas sociais e econômica. Assim, aqueles que avaliaram positivamente o governo tendem a considerar que este está agindo corretamente nas áreas econômica e social. Já aqueles que avaliam negativamente tendem a considerar que a atuação governamental não tem alcançado os resultados necessários para a superação dos problemas sociais e a promoção do crescimento econômico.

As ações do Governo Evo Morales e do Hugo Chavez não têm apresentado os resultados esperados pelos diversos estratos sociais, resultando em avaliações mais negativas. Na Venezuela, por mais que a gestão Chavez tenha tido resultados positivos na distribuição de renda, no período de 2003-2006, em que houve uma queda significativa na taxa de desemprego, da quantidade de lares pobres e no Índice de Desenvolvimento Humano (respectivamente, to-

Tabela 5
Visão sobre o papel do governo
Por países (em %)

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Venezuela	México	Total
Limitar o enriquecimento e proteger os mais fracos	51,9	13,8	22,7	28,6	40,0	42,6	33,7
Garantir a igualdade de oportunidades	38,2	68,8	66,9	55,8	42,0	51,9	54,0
É impossível garantir igualdade de oportunidades, o papel do governo é socorrer os mais pobres	8,4	13,8	6,7	9,1	15,0	3,9	8,9
Sempre haverá pobres e ricos	1,5	3,8	3,7	6,5	3,0	1,6	3,4

mando como referência os anos de 2003 e 2006, os índices passaram de 16,3% a 9,9%; de 55,1% a 33,9%; de 0,76 a 0,81)², o país sentiu os efeitos da queda do preço do petróleo e a crise internacional, o que refletiu-se no questionamento sobre a sustentabilidade do modelo bolivariano a partir de 2008.

Já o Governo Lula, que apresenta alto índice de aprovação nas pesquisas de opinião em geral, como já referido acima, tem tido maior sucesso em comunicar os avanços sociais atribuídos a sua gestão. Pode resultar até surpreendente que o governo tenha este grau de avaliação, pois alguns setores da sociedade têm apresentado fortes críticas sobre a lentidão do Governo nas áreas de investimento e na regulação das taxas de juros. Por outro lado, o crescimento econômico alcançado pelo país em 2007-2008 foi suficiente para criar uma atmosfera otimista e a percepção de melhora nas condições sociais do país.

Em suma, no que diz respeito a avaliação geral dos governos as elites apresentam:

- Em geral uma visão positiva sobre as atuações dos atuais Governos;
- O governo Lula é o mais bem avaliado, enquanto o Governo Morales tem a pior avaliação comparado aos demais governos;
- A elite venezuelana é a que mostram maior polarização quanto a avaliação do Governo Hugo Chavez, dividindo-se entre pró e anti-Chavez;
- A elite brasileira consideram que o Governo Lula está resolvendo os problemas do país; já os bolivianos e venezuelanos são mais pessimistas nas suas visões sobre a capacidade do Governo em resolver os problemas sociais e econômicos.

- E elite mostrou maior cautela na avaliação do Governo de Cristina Kirschner, provavelmente pelo pouco tempo que sua gestão tinha quando foi realizada a pesquisa.

Estratégias de superação das desigualdades sociais e econômicas e políticas de desenvolvimento

De maneira geral, as elites acreditam no igualitarismo e não consideram negativamente os efeitos da distribuição de renda. Para 65% dos entrevistados em geral tudo que uma sociedade produz deveria ser distribuído com maior igualdade e apenas 23% consideram que as políticas de distribuição de renda podem trazer prejuízos para os indivíduos mais competentes.

As elites bolivianas e venezuelanas são as mais críticas quanto ao impacto das políticas distributivas para a sociedade: 45,5% dos bolivianos e 40% dos venezuelanos consideram que políticas distributivas trazem distorções, prejudicando aqueles que são mais competentes. A atitude dos venezuelanos e bolivianos revela a crítica ao modelo de política distributiva aplicada nos países, que busca atingir setores amplos da sociedade. Nos dois países, os governos optaram por políticas distributivas universalistas e a implantação de um modelo que conserva vestígios socialistas, enquanto, países como Brasil, Chile e México tem optado por políticas focalizadas e dirigidas a grupos mais vulneráveis na escala social.

As posições divergentes podem ser notadas quando se analisa a avaliação sobre as ações dos governos no combate da pobreza e desigualdade social. Para a maioria dos entrevistados (54%) a função do Governo é garantir oportunidade de igualdade a todos os membros da sociedade, por outro lado, 33% consideram que o Governo deveria imple-

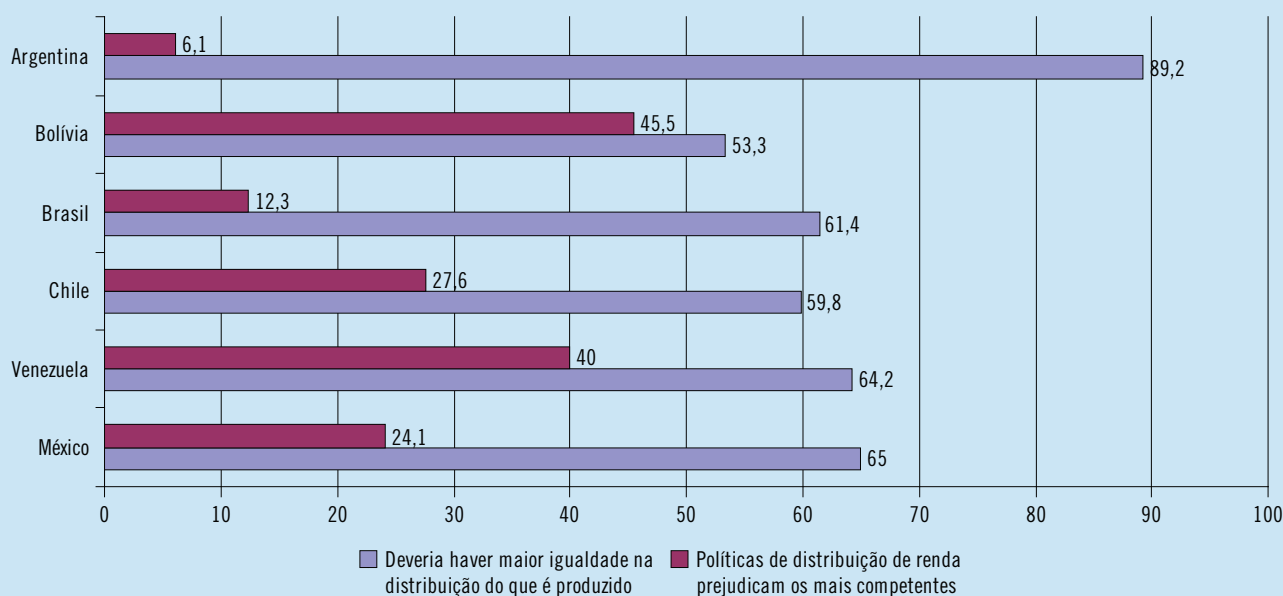
Tabela 6
Diagnóstico sobre as causas da pobreza
Por países (em %)

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Venezuela	México	Total
Ausência de oportunidades e concentração de riquezas	27,1	23,3	30,9	32,9	17,6	59,6	33,0
Excesso de corrupção no país	11,5	27,6	29,3	—	35,8	37,8	28,4
Não cumprimento das funções do Estado	21,8	10,5	27,3	19,2	24,3	42,7	25,4
Falta de empenho das elites	20,2	6,0	23,5	12,0	19,4	24,5	18,5
Falta de vontade dos políticos	16,2	17,9	19,9	11,0	16,5	21,5	17,2
Atraso geral do país	7,8	25,0	15,0	9,8	12,3	15,0	13,6
Criminalidade e tráfico de drogas	6,3	1,2	13,6	9,1	15,9	8,3	9,6
Falta de vontade dos pobres	2,3	2,3	3,8	1,3	7,4	4,2	3,4

Obs: os entrevistados avaliaram cada fator numa escala de 0 a 10, sendo 0 pouca importância negativa e 10 muita importância. A tabela mostra a porcentagem de respondentes que indicaram o valor 10 para cada fator. Por isso, a soma de porcentagem de cada país não totaliza 100%.

Gráfico 6

Opinião sobre as políticas de distribuição de renda



mentar políticas que, de um lado, limitassem o enriquecimento de alguns setores sociais e, por outro lado, protegesse os mais pobres dos efeitos criando uma rede de proteção a estes grupos. Somente, 8,9% consideram que o Governo deve apenas voltar-se para políticas de socorro aos mais pobres pontuais. As elites brasileira e boliviana tendem a atribuir ao Governo o papel de garantir a igualdade de oportunidades a todos (64% dos entrevistados brasileiros e 63% dos bolivianos). Enquanto, os setores das elites argentina, venezuelana e mexicana (51,9%, 40% e 42,6%, respectivamente) tendem a considerar que a função do Governo é limitar o enriquecimento de setores e proteger os pobres.

O diagnóstico sobre os fatores que mais afetam as condições de pobreza na América Latina são: a alta concentração de renda no país (33% consideram este fator com muito importante para explicar as causas da pobreza), o excesso de corrupção no país (38%) e a ausência de políticas sociais do Estado (25% apontam este fator como muito importante). Chame-se a atenção para o impacto que teria a corrupção como causa da pobreza. Provavelmente as elites estão percebendo um escoamento significativo de recursos públicos para mãos privadas de maneira ilícita, mas o que chama atenção é que implícito na avaliação das elites está a idéia de que os problemas derivados da pobreza têm na promiscuidade do público e privado sua mais profunda causa que rivaliza em importância, com a ausência do poder público no campo das políticas públicas sociais.

As elites mexicanas são as que em maior proporção apontam a ausência de oportunidades e a concentração de

riquezas com fatores causadores da pobreza no país (59,6% dos entrevistados mexicanos). Em comparação as elites dos demais países, as elites daquele país também mostram maior crítica a falta de ação do Estado no combate a pobreza: 42,7% atribuem a falta de ação Estatal um fator importante para a existência de pobreza no país. Quer dizer, esse tono sempre mais crítico das elites mexicanas parece revelar que se bem as elites sul-americanas fazem fortes críticas àqueles fatores que geram a pobreza, no entanto, o quadro social sul-americano, e a presença do Estado, é melhor se comparado com o teor das críticas feitas pela elite mexicana. É surpreendente, por exemplo, nesse sentido, que entre os bolivianos apenas 10,5% atribuem a falta de ação do Estado a causa da pobreza, isso apesar da responsabilidade que as elites estatais bolivianas têm neste país pelos altos índices de pobreza. Seguindo uma tendência nas percepções do conjunto das elites, o aspecto da corrupção aparece como causa profunda da pobreza na visão de parcela das elites bolivianas, por outro lado, a alta corrupção (27,6% dos entrevistados) e o atraso do país (25% dos entrevistados) são os fatores que mais impactam nas precárias condições sociais do país.

A percepção das elites brasileiras sobre as causas da pobreza não é homogênea, exceto que apenas uma pequena minoria (3,8%) considera que a falta de empenho dos pobres é um elemento importante para a causa da pobreza no país. Em outras palavras, ainda há um setor conservador que pensa que acredita que a origem da pobreza tem origem em causas subjetivas próprias a indivíduos e não

às condicinaidae4s impostas pelo desenvolvimento histórico de estruturas sociais e políticas injustas e desiguais. A ausência de oportunidades e também o excesso de corrupção são os fatores mais importantes. De outro lado, um aspecto que ressalta fortemente é que se há uma elite que faz o “meu culpa” pela perante a pobreza do país essa é a brasileira. Para 23,5% da elite deste país a própria falta de empenho das elites nacionais resultam na causa da pobreza no país. A pesquisa pode captar quanto o discurso sobre o reconhecimento do egoísmo das elites brasileiras e a sua falta de empenho na solução dos problemas nacionais era bastante recorrente em alguns setores.

Entre as medidas gerais que os Governos devem adotar com impacto positivo no combate a desigualdade social, 35% consideram o aumento da eficácia dos serviços públicos seria muito importante para a superação dos problemas sociais do país, seguidos 29,5% consideram que o crescimento econômico é muito importante. A tributação progressiva é vista como uma medida importante por 25% dos entrevistados, sendo que no México e na Argentina este percentual sobre para 38,7% e 33%, respectivamente. Já a tributação de grandes fortunas é apoiada por 28% dos entrevistados que consideram uma medida importante para a política de combate a desigualdade social. Interessante notar que a prioridade dada aos serviços públicos pode estar significando até o reconhecimento do conjunto da elite que nem a tese de um Estado grande, como pretendem setores estatistas, nem a tese de um estado neoliberal pequeno tem dado significativas respostas, em termos de eficácia, as impactos derivados dos problemas com os ser-

viços públicos.

Observa-se nas elites brasileiras uma visão favorável à expansão dos gastos públicos no combate à desigualdade, diferentemente das bolivianas que rejeitam em sua maioria esta opção de política. Na origem dessa resistência novamente pode estar presente a clivagem regional, a idéia de que a região do Leste da Bolívia seria a principal financiadora desse gasto, mas também uma razão de ordem histórico recente: durante a década de 90 o modelo neoliberal de cortes nos gastos públicos foi considerado muito sucesso pelas elites bolivianas. A Bolívia do primeiro governo de Sanches de Lozada (1994-1998) (quem teve que abandonar o governo no segundo mandato nos anos 2000) era considerada pelo pensamento liberal latino-americano uma das experiências melhor sucedidas. Então essa certa saudade neoliberal mais recente pode estar influenciando a percepção das elites bolivianas.

De outro lado, as elites bolivianas e chilenas convergem em considerar que a abertura econômica ao investimento estrangeiro seria uma política de maior impacto no combate a desigualdade: 36% dos bolivianos e 30,7% dos chilenos consideram que a abertura econômica é importante para o combate da desigualdade econômica e social nestes países. Se o legado neoliberal recente pode explicar essa percepção positiva das elites de Bolívia e o Chile (e provavelmente no caso do Chile o investimento estrangeiro teve um papel importante real), o índices mais baixos no resto dos países em relação a esse mesmo aspecto pode estar indicando que as elites (argentinas, brasileiras, venezuelanas e mexicanas) ainda acreditam que essa função é respon-

Tabela 7
Políticas importantes no combate à desigualdade
Por países (em %)

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Venezuela	México	Total
Aumentar a eficiência dos serviços públicos	16,3	36,5	41,2	47,6	38,2	44,1	38,2
Financiar o crescimento econômico	25,2	29,4	25,0	26,4	24,5	45,4	29,3
Tributar as grandes fortunas	39,4	17,6	25,0	23,3	23,9	43,2	28,7
Tornar a tributação sobre a renda mais progressiva	33,3	13,4	19,9	21,4	20,4	38,7	25,1
Expandir os gastos públicos	20,0	8,2	28,0	19,0	21,1	38,6	23,8
Implementar a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas	21,4	6,0	22,0	20,0	22,7	32,4	21,8
Abrir a economia para o investimento estrangeiro	4,6	36,0	13,6	30,7	20,9	19,3	19,9
Reduzir a interferência do governo nas atividades econômicas	2,3	4,9	9,0	7,5	10,2	8,0	7,2
Controlar o crescimento da população	2,3	3,6	10,2	0,6	9,3	4,9	5,3

Obs: os entrevistados avaliaram cada fator numa escala de 0 a 10, sendo 0 pouca importância negativa e 10 muita importância. A tabela mostra a porcentagem de respondentes que indicaram o valor 10 para cada fator. Por isso, a soma de porcentagem de cada país não totaliza 100%.

sabilidade primária do próprio estado.

O aumento da eficiência dos serviços públicos é um dos temas centrais da agenda dos países latino-americanos, por isso, não é surpreendente que este fator seja apontado pelas elites, exceção dos argentinos. De novo aqui deve ser percebida uma crítica latente ao Estado e a iniciativa privada (esta via das privatizações) sobre o fracasso de projetos e empresas que administram esse ramo do cotidiano do cidadão. E reforça a idéia, impensável nos anos 90, de que a presença estatal é fundamental. O mesmo acontece o tipo de ação do Estado no fomento do crescimento econômico, em que uma parcela das elites são favoráveis a maior ativismo e políticas estatais.

Os dados podem estar revelando que até a própria elite, antes tão convicta das benesses do modelo neoliberal já começam a flexibilizar esse pensamento. Veja-se, por exemplo, que apenas uma minoria acredita que redução da presença do Estado na economia pode aumentar a desigualdade e, em outro sentido, grande parcela das elites aceita a presença do Estado como financiador do crescimento econômico. No entanto, é necessário precisar que o termo “financiar a economia” pode ter vários sentidos e graus de participação do Estado, tanto como estimulador por meio de ações tributárias e pacotes de estímulo, como um Estado investidor e nacionalizante, como no caso da Venezuela e Bolívia. A presença do Estado como indutor do crescimento é visto favoravelmente pelas elites, sendo as elites mexicanas as mais favoráveis e as venezuelanas os menos favoráveis.

Também é necessário ressaltar que a maioria das atenuam posições extremas (ou Estado ou iniciativa privada) na atuação mais direta do Estado na economia, indicando que esta é uma função da iniciativa privada. “Numa escala de 1 a 10, sendo 1 (um) apenas o Estado responsável pela

produção de riqueza” e 10 (dez) “apenas iniciativa privada responsável pela produção de riqueza”, é possível notar que as elites assumem uma posição intermediária, ou seja, não consideram que a atividade econômica deve ser restrita nem ao Estado, nem a iniciativa privada. No entanto, persiste levemente a tendência é atribuir a iniciativa privada a prerrogativa na produção econômica.

Os dados são consistentes com o passado, de sucesso ou questionamento neoliberal ou não mais recente. Chile é o Estado que mais tende a considerar a iniciativa privada como produtora de riqueza na sociedade: para 13% dos chilenos a iniciativa privada deve produzir riqueza no país, enquanto este percentual é de 7% nas elites em geral. Já na Venezuela, no qual o Governo Hugo Chavez tem aplicado políticas nacionalizantes, e em que há um questionamento neoliberal forte, a visão favorável a iniciativa privada é comparativamente menor do que no Chile. A elite venezuelana tende a apresentar uma posição mais estatista do que as demais: 6.4% dos venezuelanos acreditam que apenas o Estado deve produzir a riqueza no país, enquanto, 1,9% dos chilenos consideram o mesmo.

O regime de governo socialista, como o difundido pela elite estatal venezuelana no poder, é rejeitado fortemente: 78% discordam que seria uma alternativa viável para o seu país. Mesmo no caso da Venezuela pode ser aferida essa tendência. As elites argentina e venezuelana mostram uma divisão no apoio as políticas socialistas: 66% dos argentinos e 62% dos venezuelanos discordam que o socialismo é um modelo viável para resolver os problemas sociais e econômicos do país, enquanto 34% e 38% dos argentinos e venezuelanos, respectivamente, concordam com a implementação de políticas socialistas.

No caso venezuelano, o apoio a um modelo de socialismo do esta diretamente associado a avaliação do Governo,

Tabela 8
Grau de apoio a políticas públicas
Por países (em %)

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Venezuela	México	Total
Ensino gratuito em todos os níveis	66,9	39,8	47,1	32,1	59,3	66,9	51,6
Saúde universal, garantida pelo Estado	72,2	50,6	65,8	42,8	61,9	67,1	60,3
Programa de renda mínima	42,7	25,9	31,0	29,4	31,2	39,3	33,6
Cotas para grupos minoritários	12,7	19,0	20,9	14,6	36,9	37,5	23,3
Estabilidade no emprego	31,0	33,3	12,4	27,6	46,0	44,7	30,8
Aposentadoria e seguro-desemprego garantidos pelo Estado	41,8	21,7	35,3	36,4	40,2	43,4	37,3
Reforma agrária	14,6			10,9	31,2		
Cotas para grupos minoritários em empregos	19,2	10,0	15,5	7,4	30,6	32,6	18,9
Privatização da seguridade social	0,0	8,0	4,3	6,8	7,2	6,2	5,2

sendo que aqueles que avaliam positivamente o Governo Hugo Chavez tendem a apoiar as políticas socialistas. Por outro lado, aqueles que avaliam negativamente o Governo tendem a não apoiar suas políticas socializantes.

Entre as elites argentinas o quadro é mais complexo, pois o Governo não tem adotado um discurso de implantação de políticas socialistas, apesar da simpatia as propostas de Chavez. Os resultados indicam que as elites argentinas mostram maior simpatia às políticas chavistas em comparação as elites dos demais países.

No entanto, as elites bolivianas rejeitam em sua grande maioria a opção socialista. Esta atitude está associada a avaliação negativa do Governo Morales, conseqüentemente, sua bandeira de implementação do socialismo é rejeitada pelos diferentes setores da elite do país.

No Brasil e Chile a esmagadora maioria considera que o socialismo não é uma alternativa para a resolução dos problemas do país. Assim, os Governos de esquerda, em ambos os países, não teriam suporte entre suas elites para a implementação de um modelo semelhante ao venezuelano.

Quanto às políticas públicas específicas e setoriais, as elites tende a apoiar políticas públicas voltadas para a universalização da educação e da saúde (52% e 60%, respectivamente). Importa ressaltar que há que há um significativo apoio às políticas focalizadas e dirigidas a determinados grupos: 33% são totalmente favoráveis a política de renda mínima; 30% garantia a estabilidade no emprego; 25,5% é favorável a reforma agrária; 23% favorável a cotas para grupos minoritários. Quanto à privatização dos serviços sociais, apenas 5,2% seriam favoráveis a privatização da seguridade social, que evidentemente a elite entende que

deve ser uma função estatal.

Entre as elites venezuelanas e bolivianas, respectivamente, 46% e 33,3% dos entrevistados são favoráveis as políticas voltadas para a garantia do emprego, em contraste com apenas 12,4% da elite brasileira. Já a reforma agrária, um tema histórico no país, na agenda boliviana, apenas 16,7% das elites do país se dizem favorável.

Entre as elites chilenas a garantia de aposentadoria e seguro desemprego tem uma ligeira diferença comparada à política educacional: 36,4% são favoráveis a aposentadoria garantida pelo Estado e 32,1% são favoráveis a política de educação para todos. Estes dados refletem o debate no país sobre a privatização ou não do setor de seguridade social.

O Brasil e o México possuem programas compensatórios de renda considerados modelos internacionais. No entanto, em ambos os países as elites apresentam uma posição intermediárias sobre

Gráfico 7
Socialismo é modelo viável?

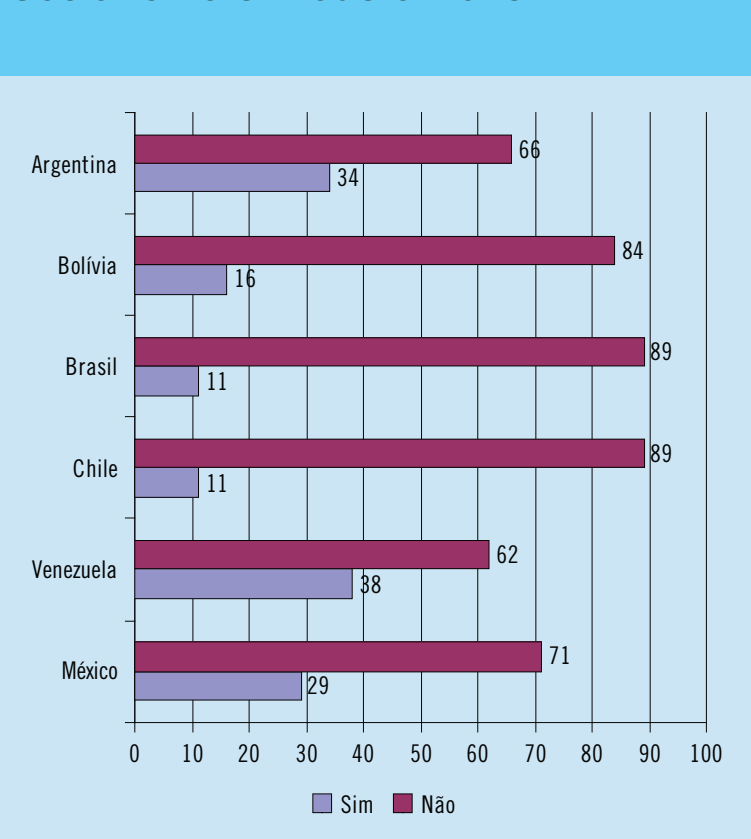


Tabela 9
Qual deveria ser a prioridade do governo
Por ordem de importância (em %)

	Primeira	Segunda	Terceira
Melhorar os índices educacionais	36,1	23,2	13,1
Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades	34,1	29,5	11,8
Aumentar a participação popular	2,0	8,7	9,3
Aumentar a integração do país com a América do Sul	0,8	1,9	6,6
Preservar o regime democrático	13,1	14,5	17,6
Garantir o crescimento econômico	9,7	13,4	20,0
Proteger o meio-ambiente	0,2	1,0	6,1
Integrar a economia no mercado mundial	0,4	2,3	5,4
Garantir a ordem e a segurança pública	3,5	5,5	10,0

estes programas: 31% no Brasil e 39,3% no México apresentam uma visão muito favorável as políticas de renda mínima. Nestes países diversos setores questionam a sustentabilidade e a efetividade destas políticas no longo prazo no combate a pobreza e desigualdade social.

De maneira geral, as elites latino-americanas:

- Apóiam a atuação do Estado na aplicação de políticas de combate a pobreza e desigualdade;
- Têm uma atitude favorável ao igualitarismo e percebem positivamente as políticas distributivas;
- Tendem a rejeitar políticas socializantes e acreditam que a incitativa privada é responsável pela produção de riquezas;
- As elites venezuelanas são mais favoráveis a políticas estatizantes e a maior presença do Estado na economia, do que os chilenos que mostram uma posição mais liberal;
- Políticas voltadas para a tributação de grandes fortunas tem maior apoio entre as elites argentinas e mexicanas;
- As elites brasileiras e mexicanas tendem a apoiar políticas de expansão de gastos sociais, ao contrário dos bolivianos que rejeitam a expansão de gastos como política de combate a desigualdade e pobreza;
- As bolivianas e chilenas tendem a apoiar as políticas de abertura da economia ao investimento externo;
- As elites tendem a apoiar as políticas públicas nas áreas de educação, saúde e seguridade social. É menor o apoio as políticas focalizadas e compensatórias, como renda mínima e cotas para minorias.

As elites e o Regionalismo

O regionalismo é um tópico enfatizado por grande parte dos governos da região, sendo que há um consenso no nível governamental que o aprofundamento da integração regional é essencial para o crescimento e desenvolvimento dos países. Além disso, a ascensão dos governos de esquerda trouxe para a discussão sobre a necessidade de políticas de combate as desigualdades e a pobreza no plano regional. A superação da pobreza e desigualdade seria fator essencial para se alcançar o pleno desenvolvimento regional.

Em geral, as elites consideram que a integração regional pode trazer impactos positivos no combate a pobreza e no desenvolvimento econômico do país. As elites argentinas são os que mostram maiores expectativas com relação ao impacto da integração regional na solução dos problemas sociais. É preciso ressaltar que a economia argentina é bastante dependente dos seus parceiros regionais, principalmente da economia brasileira.

As elites bolivianas e venezuelanas também mostram uma alta expectativa: em ambos os países 78% das elites concordam que a integração regional é a solução para os problemas sociais. A elite mexicana também apresenta um comportamento favorável a integração regional, embora não aparece claro qual a integração com que seria mais favorável. De qualquer maneira o que se deve destacar é a visão positiva que a boa percepção sobre desenvolvimentos positivos que a idéia de integração tem entre as elites pesquisadas.

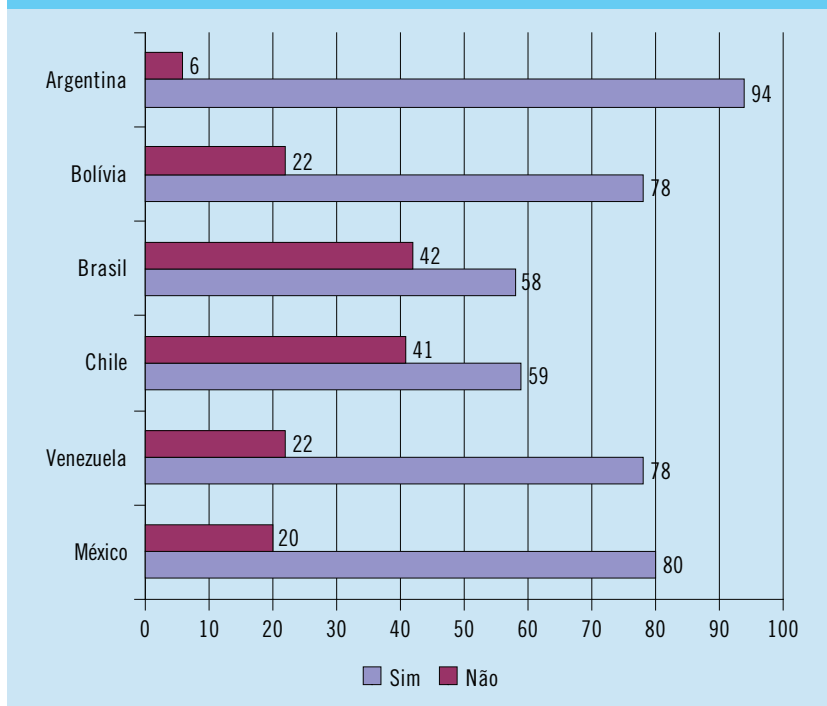
No entanto, em alguns casos essa correlação positiva entre integração e melhora nos índices de desigualdade social tende a não ser tão consensual. As elites chilenas e brasileiras são mais céticas sobre o impacto da integração regional: 42% entre as brasileiras e 41% entre as chilenas não acreditam que integração possa ser a solução para os problemas sociais. Este dado revela que as elites destes paí-

Tabela 10
Prioridades nas relações internacionais
Por países (em %)

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Venezuela	México	Total
Aproximar-se dos países mais desenvolvidos	19,2	40,2	40,2	55,6	29,7	35,7	37,8
Aproximar-se dos países da América Latina	52,0	40,2	9,2	13,1	35,1	27,1	26,6
Exercer liderança entre os países sul-americanos	13,6	5,7	10,3	14,4	9,9	20,7	12,9
Exercer liderança entre os países emergentes	1,6	3,4	18,5	5,6	7,2	6,4	8,1
Aliar-se prioritariamente aos países pobres ou emergentes	12,8	6,9	11,4	11,2	13,5	5,0	10,3
Proteger o planeta contra as mudanças climáticas	0,8	3,4	10,3	0,0	4,5	5,0	4,3

Gráfico 8

A integração tem impacto positivo no combate à desigualdade?



ses tendem a considerar a integração estritamente nos seus aspectos econômicos, não atribuindo à ação regional um impacto direto na solução dos problemas sociais. Neste sentido, as expectativas das elites brasileiras e chilenas não convergem com a atitude argentina sobre a amplitude da integração e seu impacto.

Na percepção das elites a agenda doméstica é prioritária, quando o parâmetro de comparação é a atuação regional. Menos de 1% dos entrevistados apontou a integração entre os países da América do Sul como prioridade, sendo que a promoção do desenvolvimento e políticas de combate a pobreza são apontadas como as principais prioridades por, respectivamente, 36% e 34% dos membros da elite. E outras palavras, ainda persiste entre as elites uma idéia muito forte do descolamento ou separação dos assuntos internos e os assuntos domésticos, ou do impacto positivo que pode ter processo externos, como a integração, sobre as fragilidades sociais internas, e mesmo até as fragilidades políticas.

Essa mesma atitude parece estar presente entre as elites quando julgam as prioridades regionais: convergem com os discursos dos governos sobre a prioridade da agenda social, no entanto, a divergem quanto a importância que os governos atribuem à integração regional (que parece achar excessiva).

Numa época de ascensão de governos de Esquerda em toda América Latina, a percepção sobre o impacto dos go-

vernos de esquerda no aprofundamento da integração também mostra divergência entre os setores das elites. Quando questionados se os governos de esquerda na região favorecem um aprofundamento da integração, 46,2% concordam totalmente que os governos de esquerda aumentam a integração e 53,8% discordam totalmente. De qualquer maneira não deixa de ser interessante o bom número dos que concordam, porque de alguma maneira assumem a idéia, hoje bastante comum, de que projetos governamentais de Esquerda são canalizadores dos processo de integração, embora a ascensão de governos de esquerda têm questionado essa idéia, ao mostrar que a integração é um processo difícil de atingir independente que tipo de regime político, e sua visão ideológica, seja majoritária na região.

Os chilenos são os mais críticos na avaliação de que os novos governos de esquerda abrem mais canais de comunicação e podem aprofundar a integração.. Certamente isso revela o caráter mais pragmático com que os setores chilenos, e não só as elites daquele país, encaram a integração. E até revela aspectos mais es-

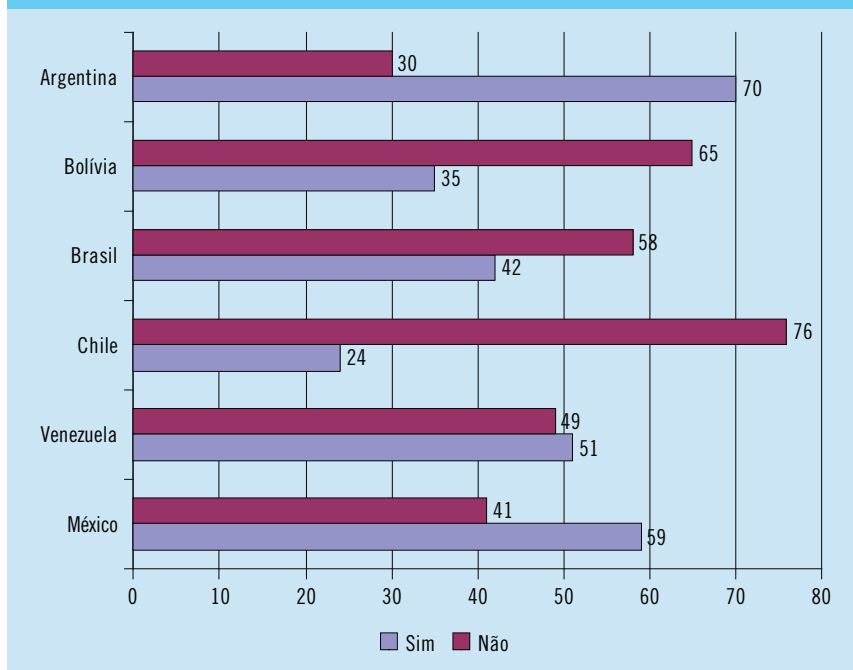
pecíficos das relações difíceis do Chile com países como a Venezuela e a Bolívia, hoje considerados governos de uma esquerda nacionalista. As elites argentinas, por outro lado, tendem a ter uma opinião positiva sobre o impacto da esquerda nos assuntos de integração regional. Esta atitude otimista converge com a alta expectativa dos argentinos sobre o impacto da integração regional. Certamente a Argentina se tem beneficiado tanto do Mercosul como do tipo de integração promovida pela Aliança Bolivariana (lembre-se que em 2007 a Venezuela comprou uma parte da dívida externa da Argentina e com a qual tem assinado importantes parcerias na área de petróleo).

No caso brasileiro, observa-se uma polarização no interior das elites: sendo 58% consideram que os governos têm impacto negativo na integração e 42% apresentam uma visão positiva. As ações do presidente Morales, na questão da exploração do gás, e os contenciosos com o Paraguai sobre a questão de Itaipu também ampliaram a crítica em relação a forma como o Governo Lula tem negociado com estes governos. A aproximação ideológica é, muitas vezes, vista negativamente, pois o governo Lula torna-se sensível a determinadas demandas que afetam os interesses de setores da indústria brasileira.

Entre as prioridades internacionais do país, 37,8% acham que o país deve se aproximar dos países desenvolvidos, sendo que 26,6% consideram que a América Latina deveria

Gráfico 8

Governos de esquerda favorecem a integração?



ser a prioridade internacional do país. Os resultados sugerem a falta de uma visão homogênea entre categorias de elites, sendo que os empresários tendem a apresentar uma visão menos favorável à integração do que os demais grupos. Os países em que seus elites são mais favoráveis a integração regional são Bolívia e Venezuela: para 42,2% dos bolivianos e 35,1% dos venezuelanos consideram que a América do Sul deve ser a prioridade do seu país; enquanto entre 9,2% dos brasileiros atribuem o mesmo peso a integração regional nas prioridades do seu país.

No caso do Brasil, os resultados indicam uma clara divergência entre a posição da elite governamental e a visão do resto das elites: enquanto, os primeiros pensam uma política voltada para a agenda regional e também dos países em desenvolvimento, a elite considera que a prioridade central do país deve ser a aproximação com os países desenvolvidos. Já a Argentina, Bolívia e Venezuela mostram uma maior convergência entre as posições governamentais e as visões das elites.

Em suma, as elites mostram expectativas distintas sobre a integração regional e seu efeito para a promoção do desenvolvimento.

- As elites brasileiras e chilenas mostram maior ceticismo, enquanto, argentinos, bolivianos e venezuelanos são mais otimistas;
- As prioridades domésticas são apontadas como mais prioritárias que as agendas internacional e regional;

- As elites brasileiras mostram maior cautela sobre os efeitos positivos da ascensão dos governos de esquerda para o aprofundamento da integração regional. Venezuelanos e bolivianos mostram-se mais otimistas quanto aos efeitos da ascensão de Governos de esquerda no âmbito regional;

- As prioridades nas alianças também são um pouco polarizadas: enquanto que as elites de países andinos tendem a privilegiar uma aliança estratégica dentro da América Latina as elites brasileiras e chilenas já se mostram mais divididas a esse respeito.

Considerações finais

De maneira geral, os resultados indicam que as elites sul-americanas tem fortes valores democráticos e apontam que a desigualdade e a pobreza são os temas centrais da agenda doméstica e os Governos devem adotar medidas para resolver-los. No entanto, existem algumas posições divergentes que refletem as polarizações e disputas no plano doméstico.

- As elites venezuelanas e bolivianas mostram maiores polarizações e percepções divergentes entre os diferentes setores; principalmente no que se refere a avaliação dos Governos Chavez e Morales
- As elites brasileiras e chilenas convergem suas atitudes e opiniões quanto à baixa prioridade à integração regional e ao desenvolvimento econômico;
- As elites venezuelanas mostram-se mais estatistas e nacionalizantes, sendo que as elites chilenas mostram-se mais liberalizantes e pouco favoráveis a atuação do Estado;
- As elites brasileiras e mexicanas tem visões intermediárias sobre o papel do estado na economia, apoiando em algumas situação e não em outras;
- As elites mostram grande apreço aos valores democráticos, mas divergem quanto ao papel da democracia participativa e formal.

Notas

¹ Todos os quadros deste artigo foram elaborados em base no mesmo survey realizado pelo NUPRI/USP.

² Ver: Lopes Maya, Margarita & Lander, Luis. "Venezuela em direção ao século XXI?", *Política Externa*, Vol 15 (março a maio, 2007), p. 9.